

Livro conta em detalhes alvo de investigação da Kroll

Em nota oficial publicada nos principais jornais do país, a empresa de “consultoria de risco” Kroll, afirma que foi “contratada pela Brasil Telecom para obter provas das eventuais irregularidades que forçaram a operadora de telefonia brasileira a adquirir o controle da CRT — Companhia Riograndense de Telecomunicações”.

Ainda segundo a nota, “a compra dessa empresa foi concretizada por um preço muito acima do que seria necessário”. A situação teria sido provocada pela Telecom Italia que, embora acionista da Brasil Telecom, teria prejudicado a empresa pelo fato de as duas serem concorrentes.

Não se sabe, ao certo, até que ponto a acusação é verdadeira. Mas uma coisa é certa: novidade não é — a exemplo de muitas outras *revelações* disponíveis na Internet e nas páginas das dezenas de litígios que as duas empresas mantêm na justiça.

O caso da CRT é detalhadamente analisado no livro *O Caso Telecom — O mais grave escândalo político-financeiro da Itália contemporânea*, escrito pelos jornalistas italianos Giuseppe Oddo e Giovanni Pons.

Leia o trecho do livro em que as supostas tramas são narradas:

“Ingleses, franceses, alemães e espanhóis têm a seu favor os governos, a diplomacia, os serviços de informação de seus países, todo um aparato de inteligência considerado indispensável para concluir grandes negócios internacionais. Em vez disso, a Itália movimenta-se sob uma ordem inconsistente, com a diplomacia pronta a dar um passo atrás, quando precisa apoiar uma operação econômica, por medo de comprometer as suas realizações políticas.

Na atividade de penetração no exterior, a cúpula da STET procura, portanto, a colaboração de todos aqueles meios que possam ser úteis para um negócio: dos grandes intermediários internacionais até o Vaticano, às organizações religiosas mais radicadas no continente latinoamericano, tais como a Opus Dei e os Legionários de Cristo, às quais Pasquale parece estar próximo.

Depois do negócio falido com a Rússia, a STET lança âncora em Santiago do Chile: com um cheque de 273 milhões de dólares, adquire, em junho de 1996, 19% da Entel Chile. Uma cota idêntica da sociedade chilena vai ter à Chilquinta, o grupo controlado por uma família de industriais chilenos, com que a STFT firma um pacto empresarial.

A Entel Chile opera na telefonia de longa distância nacional e internacional, com 300 milhões de dólares de faturamento em 1995 e um lucro líquido de 25 milhões de dólares. Argentina, Bolívia, Cuba, Chile. Entre 1995 e 1998, a STET adquiriu participações por oito bilhões de dólares: uma soma bastante relevante. E agora Pascale prepara o desembarque no Brasil, a presa mais ambicionada.

A primeira disputa brasileira é a da CRT, a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a operadora de telefonia de rede fixa do Rio Grande do Sul. A STET participa da disputa junto com o Banco

Bradesco, um dos maiores grupos financeiros, que controla o maior banco do Brasil, e com a Camargo Correa, uma empresa de construções.

Mas sobre a CRT encaminha-se ainda a Telefonica — em consórcio com o Citicorp e outras duas companhias sul-americanas -, que depois do vexame na Bolívia quer tirar a desforra a todo custo, mesmo porque o Brasil é o mercado-chave para todo o subcontinente. Quando são abertos os envelopes, os homens da STET International se dão conta do que os espanhóis são capazes para vencer uma disputa.

A Telefonia adjudica-se à operadora do Rio Grande do Sul com uma oferta de 656 milhões de dólares, contra 652 milhões oferecidos pela companhia italiana. A STET perde a disputa em dezembro de 1996 por somente quatro milhões de dólares. Estatisticamente, quando numa disputa a diferença entre as duas ofertas é assim tão baixa, normalmente é sinal de que o vencedor conseguiu saber antecipadamente, por meios escusos, a oferta concorrente.

Depois do Rio Grande do Sul, o governo de Brasília leva a leilão as licenças de telefonia móvel, e a Telecom, em julho de 1997, adjudica-se – por intermédio dos 43,15% do consórcio Vicunha (do qual participaram o grupo brasileiro homônimo, a Globopart e o Banco Bradesco) – às licenças de banda B da Bahia e Sergipe: um potencial de mais de 14 milhões de habitantes.

Mas o objetivo mais importante, tanto para a Telecom quanto para a Telefônica, é a Telebras, a grande federação de sociedades telefônicas que opera em todo o território brasileiro. Para se preparar para esse evento, a Telecom não poupa despesas e manda para o Brasil Carla Cico, uma jovem administradora formada por Masini e Aloia, que amargou na Italtel durante a gestão de Marisa Bellisario, por quem foi mandada administrar uma empresa na China.

No Brasil, Carla Cico organiza um grupo de uma centena de pessoas, entre administradores, consultores empresariais e financistas. Também para as disputas da Telebras, na falta de uma base sólida e de relacionamentos diretos com o meio político-econômico brasileiro, é preciso conseguir aliados locais importantes. Entretanto, em 1997, Pascale deixou a direção da STET, que nesse meio-tempo foi fundida à Telecom e privatizada.

E agora está na presidência da Telecom Itália Gian Mario Rossignolo, que, empenhado na busca de um parceiro internacional, tem pouco tempo para dedicar às questões brasileiras, mesmo que intervenha na estrutura de cúpula da STET International, para a frente da qual, depois da saída de Masini, foi Oscar Cicchetti, um administrador oriundo da cidade de L' Aquila, com boas ligações com os democratas de esquerda, os DS.

A história que Circula sobre Cichetti é de que o pai tenha sido alfaiate de alguns importantes expoentes do velho Partido Comunista e que isso lhe teria facilitado as relações com os DS. Ainda assim Rossignolo dispensa Cichetti e nomeia responsável Maurizio Stecco, de bom relacionamento com Francesco De Leo.

Para ser privatizada, a Telebras é desmembrada em três companhias regionais: uma compreende a área

de São Paulo outra a do Rio de Janeiro; a terceira, a área sul do país. A STET International forma três consórcios para cada uma das três áreas, dois dos quais têm a participação do Bradesco e do grupo Globo, liderado por Roberto Marinho, um dos homens mais poderosos do Brasil.

Com esses dois consórcios, a Telecom concorre para a sociedade de rede fixa da área de São Paulo, a Telesp, a companhia mais ambicionada por ser considerada a mais rica do país. Com o terceiro consórcio, formado pela STET Internacional e a Opportunity, uma sociedade de gestão de fundos fechados que representa também um grupo de fundos de pensão do Brasil, concorre, por sua vez, pelas atividades de rede fixa da parte sul e da parte norte do país, agrupadas, respectivamente, na Tele Centro Sul e na Telemar.

O objetivo da Telecom é, portanto, a conquista da Telemar, a operadora do Rio. Os italianos, lembrados da disputa pela CRT, imaginam que para conquistar a rede de São Paulo a Telefonica esteja disposta a pagar qualquer preço. Os espanhóis, assistidos pelo banco Salomon Smith Barney para o qual foi trabalhar, nesse meio-tempo, Giulia Nobili, jogam em casa. A zona de São Paulo representa a área de uso mais rica do país. A Telefônica fará de tudo para não a deixar escapar. É inútil arriscar uma queda-de-braço com os espanhóis, correndo o perigo de perder também o resto. Assim, a Telecom decide apostar tudo na Telemar.

Segundo a lei das privatizações das telecomunicações brasileiras, o governo colocará em disputa no mesmo dia as três companhias geradas a partir do desmembramento da Telebras. Cada um dos participantes poderá concorrer simultaneamente em todas as três disputas, que se realizarão em seguida, mas no momento em que uma delas lhe for adjudicada, será automaticamente excluído das demais.

Isso para garantir que nenhum dos participantes possa vencer mais de uma disputa. A ordem de abertura dos envelopes foi assim prevista: primeiro serão abertos os do leilão de São Paulo (Telesp), depois os do Rio de Janeiro (Telemar) e por último os envelopes do leilão do Sul (Tele Centro Sul). Tendo realmente renunciado a disputar a área da Telesp, onde considerava-se que a Telefonica tinha clara vantagem, a Telecom decidiu apostar tudo no Rio e só em segundo plano no Sul. A escolha vai se revelar uma armadilha.

Chega o dia fatídico. As sociedades participantes depositaram os seus envelopes em três urnas, uma para cada empresa posta em leilão. Mas eis o imprevisto: as autoridades governamentais — cremos que com o desconhecimento da Telecom — modificaram a já iniciada seqüência das disputas, e em vez de proceder segundo a ordem preestabelecida — São Paulo, Rio, Sul — invertem a segunda com a terceira.

A ordem de abertura dos envelopes fica trocada: começa-se com São Paulo, passa-se ao Sul e fecha-se com o Rio. É uma surpresa amarga para o grupo da Telecom, que está no Brasil há três meses. A adjudicatária da primeira disputa, para a rede fixa de São Paulo é a Telefonica, como previsto.

Mas quando se passa à disputa pelo Sul, que originalmente deveria realizar-se por último, descobre-se que a Telecom foi a única sociedade que depositou uma oferta. Assim, o grupo italiano (que participa da disputa com o Opportunity) vê-se adjudicar o leilão para o Sul do Brasil e é excluído da disputa pelo Rio, que desde o início representou o seu único e verdadeiro objetivo.

Depois da abertura dos envelopes para o Rio de Janeiro, descobre-se que a melhor oferta veio justamente da-Telecom, a qual, tendo sido adjudicatária da segunda disputa, foi eliminada, por regulamento, da terceira. Resumindo, a Telecom perde o Rio, embora oferecendo 800 milhões de dólares a mais do que o vencedor (um consórcio local). Se o governo brasileiro não tivesse alterado a ordem das disputas, a Telecom teria vencido para a área do Rio e as telecomunicações do Sul permaneceriam nos ombros do Estado brasileiro.

A história não acabou. Tendo-se adjudicado à operadora de São Paulo, a Telefonica, agora, é obrigada a vender a CRT. A lei brasileira, de fato, veda a uma mesma companhia a posse de cotas acionárias de outras empresas de rede fixa. A CRT, portanto, é vendida em 18 meses para outra empresa geograficamente contígua. E essa sociedade não pode ser a Tele Centro Sul, a companhia da qual resulta adjudicatária a Telecom Itália junto com o Opportunity, que nesse meio-tempo mudou seu nome para Brasil Telecom.

As atividades da Brasil Telecom são limítrofes, de fato com as da CRT. Em outras palavras, à frente de um só vendedor existe um só comprador. Poderiam concorrer à aquisição da CRT, teoricamente, algumas pequenas empresas telecomunicações que operam na área. Mas elas não dispõem de meios financeiros. Por isso, a adquirente não pode ser senão a Telecom.

No início de 1999, acontece um fato curioso. Carla Cico, administradora que acompanhou, por conta da Telecom, a privatização da Telebras, vira a casaca: vai trabalhar para o Opportunity (em 2001, é nomeada administradora delegada da Brasil Telecom), justamente quando Bernabé dá um basta às atividades internacionais.

No entanto, Colaninno chega à Telecom e divide as atividades internacionais, confiando a Giulia Nobili a parte de desenvolvimento de negócios, ou seja, as fusões e aquisições, e a Cicchetti – que voltara ao topo, depois da saída de Stecco – a gestão das participações. Nobili acompanhou os processos de privatização na América do Sul, passando por diversos bancos de negócios, e cuidou, em particular, das disputas para a Entel na Bolívia e para o Brasil. Esse esquema da Telecom Itália, quando, em janeiro de 2000, as negociações entre Telefonica e Brasil Telecom para a venda da CRT entram em cena.

A Salomon Smith Barney, a mesma que pouco tempo antes acompanhou a Telefonica nas disputas pela rede fixa, assiste dessa vez a Brasil Telecom: a adquirente. Ela estimou que a CRT pode valer de 600 a 850 milhões de dólares. Essa avaliação foi discutida durante uma reunião da qual participaram, pela Telecom, o diretor financeiro Massimo Saverio Brunelli e Giulia Nobili, e, pelo Opportunity, o presidente Daniel Dantas e Cico.

Dantas e Cico insistem para que não se ofereçam mais de 650 milhões de dólares à Telefonica. Nobili é favorável a aumentar o valor. No fim, concordam que a oferta máxima para negociar com os espanhóis seja de 730 milhões de dólares. O conselho administrativo da Brasil Telecom, a quem cabe conduzir a negociação com a telefonica, manifesta-se a favor dessa soma. Mas enquanto os acordos estão em curso em março de 2000 Nobili volta ao Rio para comunicar a Dantas que o presidente da Telecom Itália,

Roberto Colaninno, e o da Telefonica, Juan Villalonga, chegaram a um acordo para fechar a operação em 850 milhões de dólares.

A Brasil Telecom, portanto deve adquirir: a CRT por 850 milhões de dólares. É estranho. Colaninno entrou na Telecom prometendo eficiência, demonstrou se um hábil negociador e depois, longe da Itália, vai pagar uma soma superior à acordada com os sócios brasileiros, que estão, além do mais, convictos de poder conseguir um preço mais baixo.

Essa versão dos fatos, que foi contada por fontes brasileiras, contrasta, entretanto, com as informações obtidas de fontes italianas. O encontro entre Colaninno Dantas — segundo essa outra versão — remontaria a julho de 1999. O que o desencadeara teria sido uma deliberação, que Colaninno julga transparente se recusa a confirmar, com a qual a Brasil Telecom decidiu ceder como garantia suas ações numa empresa de Dantas.

Naquele momento desencadeia-se entre os dois uma guerra legal que dura dois anos e meio e passa por reviravoltas bem desagradáveis. Numa das suas visitas ao Brasil, a polícia prende três delinquentes encarregados de espionar Colaninno, que nas suas visitas posteriores terá escolta policial e será obrigado a dormir em hotel com um segurança à porta do quarto.

No momento em que a Brasil Telecom está negociando pela CRT, os dois administradores da Telecom Itália que ocupam o conselho da companhia brasileira percebem que Dantas está na verdade procurando atrapalhar a aquisição da sociedade riograndense.

Não é verdade, nessa versão dos fatos, que Colaninno se encontre com Villalonga e concorde com um preço mais alto. São Giulia Nobili e Carmelo Furci — membro do conselho da Brasil Telecom — que se encontram com os responsáveis da Telefonica para a América do Sul, e é Nobili quem revela ao mesmo conselho as condições colocadas pelos espanhóis para a conclusão do negócio.

A reunião decisiva realiza-se em Brasília, na sede da Anatel, a agência nacional controladora das telecomunicações, A Anatel convidou a CRT — que se arrisca a ter a licença revogada — e a Brasil Telecom a encerrar os acordos. Uma vez que os espanhóis não pretendem baixar de determinada cifra, Giulia Nobili aceita concluir o negócio por 850 milhões de dólares.

Pede então ao presidente da Brasil Telecom, Enrique Neves, para firmar o contrato. Mas ele se opõe. O conselho de administração da Brasil Telecom, encarregado das negociações, autorizou-o, na verdade, a não gastar mais de 730 milhões de dólares. E a operação é concluída com 800 milhões de dólares. Neves é obrigado a assinar. E o Opportunity, naquele momento, inicia uma ação legal contra a Telecom Itália, destinada a prolongar-se pelos anos

Por que os sócios brasileiros deveriam sujeitar-se às condições dos sócios italianos? A explicação está na estrutura de controle da Brasil Telecom e na existência de pactos parassociais estipulados entre Opportunity e Telecom Itália no momento da formação do consórcio adjudicatário da disputa.

Como se pode observar no gráfico, ao alto da pirâmide de controle da companhia brasileira aparece uma financeira, a Solpart, controlada em 62% pela Opportunity com a participação de 38% da Telecom Itália. A Solpart controla 99,9% da Brasil Telecom Participações, que por sua vez controla 50,67% das ações ordinárias da Brasil Telecom. que controla enfim nove sociedades operacionais.

Uma vez que foram privatizados 20% do capital ordinário da Brasil Telecom com direito a voto, enquanto 80% são formados por ações poupança sem direito a voto, a Telecom Itália possui 38% de 50,67% de 20% do total das ações da companhia, o que no fim das contas equivale a pouco menos de 3,9%.

A aquisição da CRT pesou, portanto, desprezivelmente pelo balanço da Telecom Itália. Quem pagou a conta foram a Brasil Telecom e o Opportunity que, investindo por ofício o dinheiro dos outros, deve considerar uma escolha injustificável sob o perfil da rentabilidade.

E não é só isso, embora a STET Interantional possua uma cota mínima da Brasil Telecom, com nos pactos parassociais ela goza, na Solpart, de empregos poderes de veto, que lhe conferem o controle de fato da companhia brasileira. Os seus votos são decisivos para aprovação

Imagem

das deliberações em conselho. A aprovação do orçamento, dos investimentos das aquisições e de qualquer outra operação ordinária e extraordinária da Brasil Telecom deve passar pela aprovação da Telecom Itália. Graças a esses pactos parassociais, assinados na época por Cico, a Telecom pôde impor a conclusão da negociação com a Telfônica em 800 milhões de dólares.

Os adventos da companhia brasileira nos levam logo ao tema que desenvolveremos no capítulo seguinte e às conclusões: o conflito de interesses que se cria entre os acionistas do alto escalão de uma cadeia societária formada por uma sucessão de caixas clínicas e os que se situam no baixo escalão. Para a Telecom Itália, que com um exíguo número de ações pôde condicionar as estratégias da Brasil Telecom, o custo de aquisição mais ou menos elevado da CRT representa um fator secundário, porque participará dela com apenas 3,9%. O resto da soma pesará, de fato, para a sociedade brasileira, que está no baixo escalão da cadeia de controle. Exemplo clássico de como se pode comandar com o dinheiro dos outros.

Da controvérsia legal entre Telecom Itália e Opportunity, originaram-se duas resoluções. A primeira dizia respeito à expulsão de dois representantes da Telecom do conselho da companhia brasileira e à decisão do tribunal local de rejeitar o recurso dos administradores italianos contra essa decisão. A segunda consistiu numa ação por abuso de poder da Brasil Telecom contra a STET International e a Telecom Itália.

A Brasil Telecom deveria retirar-se da disputa por uma licença de telefonia celular por causa dos limites financeiros impostos à empresa pelos representantes da Telecom Itália no conselho.

O problema é que naquela disputa a Brasil Telecom concorria com a TIM, que adjudicou-se à licença. A TIM venceu com uma oferta igual ao preço-base mais uma majoração de 39%, enquanto a Brasil Telecom

deveria oferecer, de acordo com as disposições do conselho de administração, o preço-base mais 36%. Daí a suposição de que a Telecom Itália, aproveitando-se dos seus representantes na Brasil Telecom, tenha passado à TIM informações confidenciais que emergiram do conselho da companhia carioca: uma acusação que os responsáveis pelo Opportunity deverão demonstrar em foro legal.

As aquisições no Brasil e no resto da América do Sul são, portanto, licenças de terceira e quarta operadora. cujo nível de retabilidade do capital investido arrisca-se a ser muito modesto, na opinião dos experts. Mas graças a eles a Telecom de Colaninno conseguiu ganho junto aos grandes investidores institucionais de todo o mundo como operadora de telefonia celular global de toda a América do Sul. Com esse objetivo, a Tim adquiriu em 2000 três licenças de telefonia celular também na Venezuela, por um montante de 300 milhões de dólares. Para alguns, o preço seria exorbitante, se é verdade que em 1998 os acionistas da Digitel, a operadora móvel da área de Caracas, estariam dispostos a ceder à Telecom 50% da sociedade por 40 milhões de dólares.

Nesse faraônico plano de expansão na América do Sul iniciado por Pascale, desenvolvido por Rossignolo e ampliado por Colaninno, resta apenas uma lacuna: a das atividades de internet. O presidente da Telecom preenche em junho de 2000, cerca de seis meses depois da fusão entre SEAT e TIN.it, com a aquisição de 30% da Globo.com, um portal de apenas 65 dias de vida criado pela Globopar, a financeira de Marinho.

Pelos 30% da www.globo.com, a Telecom paga 830 milhões de dólares em espécie, à base de uma avaliação de 2,76 bilhões de dólares para 100% do capital, efetuada pela Nobili. Entre a Telecom e a Globopar não é sequer estipulado um pacto parassocial que tutele os direitos da companhia italiana, que consegue colocar apenas dois representantes no conselho, em que pese ter desembolsado uma soma daquele valor.

Dos 830 milhões de dólares, 730 são pagos diretamente à Globopar, somente 100 são utilizados para aumento de capital da Globo.com. No contrato de aquisição está previsto que metade da soma paga, 365 milhões de dólares, deve financiar a criação de um portal latino-americano no modelo do Terra Network (Telefônica), ao qual a Telecom deveria conferir os seus 30% de Globo.com. Mas a Globopar, depois de ter embolsado o dinheiro, recusa-se a efetuar a segunda parte do contrato. Nasce daí um confronto com os Marinho, o que mata no berço as relações com o parceiro brasileiro.

A idéia de Colaninno é colocar ao lado das atividades internet do grupo Telecom – que giram em torno da SEAT — TIN.it, na Itália, e da Jet Multimedia, na França –, uma terceira perna latinoamericana. E a Globo.com é considerada atraente porque entre as suas atividades estão os direitos de desfrute por dez anos dos programas da Rede Globo, o canal de televisão de Marinho, que Colaninno pensa poder espalhar na internet no Brasil.

Em março de 2001, por 29% da Entel Chile, que se soma à participação minoritária adquirida por Pascale em 1996, são pagos ao grupo Chilquinta outros 905 milhões de dólares, que levam a 54,76% a cota acionária do grupo Telecom na companhia da cordilheira dos Andes. A operação no Chile, entre as muitas transações de Colaninno na América do Sul, é talvez a única verdadeiramente acertada. O presidente da Telecom Itália acha porém que ainda está em tempo, alguns meses antes de se demitir, de investir na Turquia 2,6 bilhões de euros para adjudicar-se à disputa da terceira licença de telefonia

celular. Outro erro fatal.

E enquanto os negócios internacionais da Telecom correm e os bilhões de euros dançam ao ritmo carioca, as dívidas da Olivetti galopam como cavalos nas pradarias.”

Date Created

24/07/2004